

Banco
Cí
tibank
S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Banco Citibank S.A. (Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.
Desempenho: O Banco apresentou no exercício findo de 31 de dezembro de 2025 um lucro líquido de R\$ 2.037.148, correspondente a R\$ 71,96 por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 36,25%. Em 31 de dezembro de 2025 o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 13,44%.
Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Banco distribuiu dividendos no montante de R\$ 1.955.754 e Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 407.000.
Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por um representante da Diretoria e dois Membros Independentes e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no nível do controlador Citigrupo. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 26 de março de 2026.
Política de Equidade: Os compromissos de equidade de gênero do Citi são refletidos em um conjunto de instrumentos de governança interna, códigos de conduta e políticas de compliance que se aplicam a toda a organização e definem coletivamente a abordagem do Citi para promover oportunidades equitativas, tratamento igualitário e práticas de remuneração consistentes com os princípios de equidade de gênero.
Compromisso Institucional: Os padrões internos do Citi reafirmam seu compromisso com a igualdade de oportunidades de emprego e a progressão de carreira com base no mérito, ao mesmo tempo que fomentam um ambiente de colaboração no qual todos os funcionários são tratados

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025
Ativo	4	3.104.211
Disponibilidades		55.017.676
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1 / 15	19.743.393
Títulos e valores mobiliários	5.2 / 15	22.883.284
Instrumentos financeiros derivativos	5.3 / 15	12.391.019
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		28.628.369
Títulos e valores mobiliários	6.1 / 15	29.043.337
(-)Provisão para perda associada ao risco de crédito	8	(414.968)
Ao custo amortizado		97.875.193
Relações interfinanceiras	16 / 27b	53.648.947
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.1 / 16	8.912.827
Operações de crédito	7.2 / 16	17.335.215
Outros créditos com características de crédito	7.2 / 16	17.267.446
Outros ativos financeiros	7.3 / 16	1.690.788
(-)Provisão para perda associada ao risco de crédito	8.1	(980.030)
Outros ativos		19.381
Ativos fiscais		2.084.546
Ativos fiscais diferidos		1.779.664
Impostos e contribuições a compensar	9a	304.882
Permanente		614.124
Investimentos		95.715
Participações em coligadas e controladas - No País	10	95.583
Outros investimentos		132
Imobilizado de Uso	11	254.263
Intangível	12	264.146
Total do Ativo		187.343.500

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

		Capital Social		Reservas de Lucros					
				Reserva	especiais de	Outros	Prejuízos		
		Nota	Capital realizado	Reserva legal	estatutária	lucro	abrangentes	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024			2.599.740	519.948	1.221.453	634.301	(615.945)	—	4.359.497
Ajustes iniciais na adoção da Resolução nº CMN 4.966/21			—	—	—	—	64.406	(243.020)	(178.614)
Saldos em 1º de janeiro de 2025			2.599.740	519.948	1.221.453	634.301	(551.539)	(243.020)	4.180.883
Aumento de capital			1.869.948	(519.948)	(715.699)	(634.301)	—	—	—
Ajuste adoção inicial Resolução nº CMN 4.975/21			—	—	—	—	—	52	52
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros classificados como VJORA	6.1		—	—	—	—	628.682	—	628.682
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados			—	—	—	—	(8.972)	—	(8.972)
Outros resultados abrangentes - Risco de capital próprio			—	—	—	—	(21.029)	—	(21.029)
Lucro Líquido			—	—	—	—	—	2.037.148	2.037.148
Destinações:			—	—	—	—	—	—	—
Reservas			—	—	—	—	—	—	—
Dividendos pagos	18e		—	—	(505.754)	—	—	(1.450.000)	(1.955.754)
Juros sobre capital próprio pagos	18e		—	—	—	—	—	(407.000)	(407.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025			4.469.688	—	—	—	47.142	(62.820)	4.454.010
Saldos em 30 de junho de 2025			2.599.740	519.948	1.221.453	634.301	(5.270)	775.545	5.745.717
Aumento de capital			1.869.948	(519.948)	(715.699)	(634.301)	—	—	—
Ajuste adoção inicial Resolução nº CMN 4.975/21			—	—	—	—	—	52	52
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros classificados como VJORA			—	—	—	—	12.803	—	12.803
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados			—	—	—	—	(2.000)	—	(2.000)
Outros resultados abrangentes - Risco de capital próprio			—	—	—	—	41.609	—	41.609
Lucro Líquido			—	—	—	—	—	1.018.583	1.018.583
Destinações:			—	—	—	—	—	—	—
Reservas			—	—	—	—	—	—	—
Dividendos pagos	18e		—	—	(505.754)	—	—	(1.450.000)	(1.955.754)
Juros sobre capital próprio pagos	18e		—	—	—	—	—	(407.000)	(407.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025			4.469.688	—	—	—	47.142	(62.820)	4.454.010

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Contexto operacional

O Banco Citibank S.A. (Banco), sociedade anônima de capital fechado, controlado pela Citigrupo Asia Pacific Holding LLC é a principal entidade financeira do Grupo Citi no Brasil, opera na forma de banco múltiplo, estando autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e crédito, financiamento, investimento e de câmbio. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
O Banco opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas Demonstrações Financeiras devem ser consideradas nesse contexto.

Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.
Foi adotada em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que delibera sobre os novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e foi utilizada a opção pela dispensa da apresentação comparativa durante o período de 2025, conforme previsto no artigo 79 desta resolução, a períodos anteriores.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

b. Normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.966/21 - dispõe sobre conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: i. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii. designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv. evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.
A seguir resumo das mudanças realizadas nos instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025:

	31/12/2024		01/01/2025
	Saldo divulgado	Trans-ferências	Saldo após ajuste (não auditado)
Passivo			
Disponibilidades	10.634.734	—	10.634.734
Aplicações interfinanceiras de liquidez	55.822.240 (17.573.270)	—	38.248.970
Títulos e valores mobiliários	17.573.270	—	17.573.270
Títulos e valores mobiliários - Disponível para venda	33.039.299 (6.583.341)	—	26.455.958
Relações interfinanceiras	15.895.687	—	15.895.687
Operações de crédito	19.228.826 (99.360)	—	19.129.466
Operações de arrendamento mercantil	339	—	339
Outros créditos com característica de concessão de crédito	12.090.196	5.144.759	17.234.955
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	(792.980)	— (435.072)	(1.228.052)
Carteira de câmbio	31.668.004 (31.668.004)	—	—
Outros ativos financeiros	1.165.733	—	1.165.733
Ativos fiscais	2.004.851	— 146.139	2.150.990
Outros ativos	242.979	—	242.979
Despesas antecipadas	10.706	—	10.706
Permanente	730.707 (76.147)	—	654.560
Total ativo	195.739.291	(26.523.245)	(288.933)
Passivo			
Depósitos	93.762.072	—	93.762.072
Obrigações por operações comprometidas	20.135.126	—	20.135.126

de forma justa e incentivados a contribuir e a se desenvolver profissionalmente.

Proibição Objetiva de Discriminação de Gênero: As políticas do Citi estabelecem uma proibição estrita de discriminação, assédio e retaliação, incluindo qualquer tratamento adverso com base em sexo ou gênero. Essas proteções se aplicam durante todo o ciclo de vida profissional, desde o recrutamento até a promoção e as oportunidades de liderança.

Cobertura Explícita das Práticas de Remuneração: Os compromissos de equidade se estendem expressamente à remuneração. O Citi proíbe o tratamento discriminatório em todas as formas de remuneração e benefícios relacionados ao emprego e reforça o princípio de que as decisões de remuneração em toda a força de trabalho devem ser equitativas, inclusive no que diz respeito à remuneração fixa, variável e ocasional.

Governança e Aplicação: Esses compromissos são apoiados por mecanismos internos de governança e compliance que exigem que os funcionários relatem condutas inconsistentes com os padrões do Citi e preveem a supervisão e a aplicação de medidas dentro da organização.

Indicadores de Equidade de Gênero: As tabelas abaixo apresentam os indicadores quantitativos de equidade de gênero, com base nas premissas metodológicas descritas neste Relatório.

a) Composição da Força de Trabalho por Nível Hierárquico (Representação Feminina)

Grupo Ocupacional	#Mulheres	#Homens
Diretoria estatutária	1	15
Diretoria não estatutária	35	69
Nível gerencial	340	350
Analistas	310	282
Cargos operacionais/administrativos	28	2
Total	714	719

b) Indicadores de Administração e Remuneração (segregados por gênero, incluindo diretores estatutários)

Grupo Ocupacional	Diferença de Remuneração Total entre Gêneros (Masculino x Feminino)*
Diretoria estatutária	Não divulgado
Diretoria não estatutária	(41)%
Nível gerencial	(10)%
Analistas	2%
Cargos operacionais/administrativos	Não divulgado

*para cálculo do comparativo, a medida estatística considerada foi a Mediana.

Critério de Supressão por Confidencialidade e Anonização: Determinadas faixas de cargos ou funções similares não tiveram seus dados de remuneração divulgados, em razão de conterem menos de 3 (três) empregados homens e/ou 3 (três) empregadas mulheres, o que compromete o nível mínimo de anonimização e pode permitir a identificação indireta dos(as) empregados(as) abrangidos(as). Tal supressão observa os princípios da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e está alinhada aos parâmetros metodológicos previstos na Instrução Normativa MTE nº 6/2024 e à orientação constante da Nota Técnica ANPD nº 14/2025, como medida necessária para preservação da confidencialidade e da privacidade dos titulares de dados pessoais.

Premissas Metodológicas do Demonstrativo de Remuneração: O demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativo a cargos ou funções similares, foi elaborado com base em premissas metodológicas destinadas a assegurar consistência estatística, comparabilidade interna e conformidade com os princípios de minimização e proporcionalidade previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Para fins da análise, foram considerados exclusivamente os empregados com vínculo ativo durante todo o exercício social de 2025, excluídos trabalhadores em regime de tempo parcial, prestadores de serviços terceirizados, estagiários e jovens aprendizes.

Adicionalmente, as posições executivas foram agrupadas em faixas hierárquicas específicas, com segregação entre executivos "C-level" e diretores estatutários, de modo a refletir adequadamente a estrutura formal de governança da Companhia.

O indicador de remuneração total foi calculado com base no somatório anual dos valores líquidos efetivamente pagos (proventos menos descontos), sendo utilizada a mediana como métrica central para apuração das diferenças remuneratórias, reduzindo distorções decorrentes de valores extremos.

Foram incluídas na composição remuneratória apenas parcelas de natureza salarial pagas em folha, tais como remuneração fixa, adicionais e verbas variáveis, não sendo considerados benefícios ou pagamentos de natureza não salarial, tais como vale-refeição, assistência médica ou descontos correlatos.

Empregados com vínculo ativo no exercício, mas cuja remuneração total apurada resultou em valor igual a zero, não foram considerados para fins de cálculo estatístico, a fim de preservar a integridade e representatividade dos indicadores divulgados.

São Paulo, 26 de março de 2026

A Diretoria

Demonstração dos Resultados

Para o Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025

	Nota	2025
	2º Semestre	Exercícios
Receitas da intermediação financeira	10.024.489	20.419.213
Resultado com operações de crédito	7.2f	1.832.106
Operações de arrendamento mercantil		2
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	19	2.741.887
Rendas com títulos e valores mobiliários	19	3.313.244
Resultado com operações de empréstimos e repasses	13.4b	(1.057.726)
Resultado de aplicações compulsórias		3.194.976
Despesas da intermediação financeira	(7.378.338)	(15.227.258)
Operações de captação no mercado	13.3	(7.626.179)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.3g	247.841
Resultado da intermediação financeira	2.646.151	5.191.955
Perda esperada de ativo financeiro, garantias prestadas e limites comprometidos	(218.493)	(479.503)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.437.918)	(2.406.832)
Receitas de prestação de serviços	20	329.924
Receitas de tarifas bancárias	20	95.875
Despesas de pessoal		(728.325)
Outras despesas administrativas	21	(811.519)
Despesas tributárias		(320.784)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(76.282)
Resultado de provisão para passivos contingentes	22a	(36.571)
Outras receitas operacionais	22b	586.559
Outras despesas operacionais	22b	(478.795)
Resultado operacional	989.740	2.305.620
Resultado não operacional	27c	2.075
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		991.815
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23	122.194
Provisão para imposto de renda		117.422
Provisão para contribuição social		84.395
Ativo fiscal diferido		(79.623)
Participações no lucro - Empregados		(95.426)
Lucro líquido		1.018.583
Quantidade de ações	28.307.688.315	28.307.688.315
Resultado líquido por lote de mil ações (em R\$)		35,98

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido do período	1.018.583	2.037.148
Outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para lucro ou prejuízo:	12.803	628.682
Variação do valor justo - Ativos financeiros classificados como VJORA	23.279	1.143.059
Efeito fiscal	(10.476)	(514.377)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo:	39.609	(30.001)
Risco de crédito próprio	77.099	(36.788)
Efeito fiscal	(35.490)	15.759
Plano de benefícios a empregados	(3.636)	(15.109)
Efeito fiscal	6.636	6.137
Total do resultado abrangente do período	1.070.985	2.635.829

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	2º Semestre	Exercício
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	1.018.583	2.037.148
Para o Exercício e Semestre Findos em 31 de Dezembro de 2025	(Em milhares de Reais)	(Em milhares de Reais)
Atividades operacionais	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido	1.018.583	2.037.148
Ajustes ao lucro líquido	262.038	(1.395.454)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	21	218.493
Amortização e depreciação		47.275
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros	22a	36.571
Resultado de equivalência patrimonial	10	76.282
Variação cambial		(196.206)
Ganho na venda de investimentos		—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27c	79.623
Varições em ativos e passivos	6.388.249	5.728.096
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		3.782.403
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(3.902.472)
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos		1.998.669
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras		1.084.880
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(174.093)
Redução em arrendamento		34
(Aumento) em operações com característica de crédito		(2.875.582)

Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80



www.citi.com.br

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

oscilação de seus preços e os derivativos financeiros, cuja intenção primária do Banco é de negociá-los frequentemente. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados. Nessa data, o Banco optou por não designar ativos financeiros a valor justo por meio do resultado de forma irrevogável.

(II) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado, portanto depósitos, contas de clientes, títulos de dívida, emittidos, empréstimos subordinados são mensurados inicialmente ao valor justo líquido dos custos de transação na data de negociação. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Tendo como exceção os instrumentos financeiros derivativos passivos que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

(III) Taxa de juros

Taxa de juros efetiva equivale à taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor bruto. Sendo esses pagamentos e recebimentos, os custos e receitas de origemação diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros no momento da origemação das operações e que não teriam sido incorridos se o instrumento não existisse. No reconhecimento inicial de um instrumento esses valores de origemação, quando identificáveis e materiais e não advindos de raios, serão considerados junto aos valores contábeis dos ativos e passivos que os originaram.

O Banco realiza estudos sobre a relevância dos custos e receitas diretamente atribuíveis, e não foram identificados custos ou receitas de transação elegíveis e materiais, sendo assim, a taxa de juros efetiva é igual à taxa contratual e os valores de origemação são reconhecidos, no início das operações, diretamente no resultado do período.

(IV) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que são contratados, sendo posteriormente mensurados pelo seu valor justo. O valor justo é obtido a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes e técnicas de avaliação, modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(V) Valor justo de instrumentos financeiros

• Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

Para ativos e passivos mensurados pelo valor justo, o Banco se utiliza de técnicas amplamente difundidas. O objetivo das técnicas de avaliação é chegar a uma medida de valor justo que reflita o preço que seria recebido pela venda do ativo ou pago pela transferência do passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações contábeis uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações, dadas pelos “inputs” usados nas técnicas de avaliação, é estabelecida dando a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1) e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (informações de Nível 3).

Os instrumentos financeiros seguem uma hierarquia de aplicação do valor que evidencia a qualidade de suas mensurações a mercado:

Nível 1: quando disponível, o Banco utiliza preços de mercado cotados (não ajustados) de mercados ativos e com volume e frequência de negociações suficientes para fornecer informações fidedigna para determinar o valor justo;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); e

Nível 3: se os preços de mercado cotados não estiverem disponíveis, o valor justo é baseado em técnicas de avaliação desenvolvidas internamente que usam, sempre que possível, parâmetros atuais baseados no mercado, como taxas de juros, taxas de câmbio e volatilidades de opções. Os instrumentos financeiros avaliados usando tais técnicas de avaliação geradas internamente são classificados de acordo com o menor fator de entrada ou valor de nível que é significativo para a avaliação. Portanto, um item pode ser classificado como Nível 3, embora possa haver algumas especificativas que são facilmente observáveis.

Qualquer modelo de precificação usado para medir o valor justo é regido por uma estrutura de controle independente. As estimativas de valor justo de técnicas internas de avaliação são verificadas, sempre que possível, em relação aos preços obtidos de fornecedores ou corretores independentes. As avaliações de fornecedores e corretores podem ser baseadas em uma variedade de dados que vão desde preços observados até modelos proprietários de avaliação, e o Banco avalia a qualidade e a relevância dessas informações para determinar a estimativa do valor justo.

Ajustes de avaliação

Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para ter em conta o risco de crédito da entidade do Grupo e da contraparte, quando aplicável. Para avaliar instrumentos financeiros derivativos que possam alterar a classificação de um ativo para um passivo ou vice-versa, por exemplo, *swaps* de taxa de juros, os valores justos consideram tanto o ajuste de avaliação de crédito quanto o ajuste de avaliação da própria entidade, quando os participantes do mercado levariam isso em consideração ao precificar derivativos.

O ajuste ao valor justo referente ao risco de crédito próprio (*debit valuation adjustment* - DVA) refere-se à parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no Nível 2 da hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição. O reconhecido como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para: i) ativos financeiros; (ii) garantias financeiras prestadas; (iii) compromissos de crédito e créditos a liberar, sendo que os valores apurados estão apresentados na nota 8.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, no qual os instrumentos financeiros são alocados entre três estágios, desde seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

• **Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origemação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

• **Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem *default*). Para esses casos, a probabilidade de *default* considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo contábil bruto.

• **Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos ou com atraso superior a 90 dias. Para esses casos, os instrumentos financeiros têm o reconhecimento de juros somente pelo seu recebimento.

Para a aplicação da abordagem de 3 estágios e, consequentemente, determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito; e
- Inadimplência.

A determinação da situação de risco de uma operação (operação com aumento significativo de risco ou inadimplente) é necessária para a sua classificação em um dos estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, são utilizadas regras de mensuração de perdas esperadas de crédito determinadas para cada estágio (perdas esperadas para 12 meses - PE 12 meses - ou perdas esperadas para a vida da operação - PE Vida).

Assim, o Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos a constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial. O Banco considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2), quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD), em intervalos definidos após estudos estatísticos, durante todo o seu prazo esperado.

O Banco considera um ativo financeiro como inadimplente e, consequentemente no estágio 3 para fins de cálculo de PE (PE Vida), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais. Além disso, o Banco também alca como estágio 3 as operações onde a contraparte, provavelmente, não honrará suas obrigações de crédito e operações advindas do processo de arrasto referente a um mesmo grupo econômico.

A estimativa de perdas de crédito esperadas depende de uma variedade de fatores: a qualidade de crédito do devedor, o nível de subordinação de suas obrigações e garantias, o ambiente econômico e a correlação entre devedores. Assim, as perdas esperadas de crédito podem ser definidas em termos de conceitos fundamentais de risco, incluindo características do devedor e da operação, sendo elas:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD);
- Perda dada à inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição na data da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.
- **Ativos problemáticos adimplidos:** ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), porém com atraso até 90 dias.
- **Ativos problemáticos inadimplidos:** ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e que esteja com parcelas vencidas de principal ou juros e com atraso superior a 90 dias.

O processo de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito também proverá estimativas de perdas de crédito para diferentes cenários e estimativas econômicas, essas estimativas são baseadas nos dados da carteira que reflete o *rating* de risco atual atribuído aos devedores e às operações combinado com projeções de perda derivadas da migração de *rating*, probabilidade de inadimplência e modelos de perdas construídos para estimar perdas de crédito estressadas.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos: Considera-se uma operação como inadimplida quando:

- (1) Atraso superior a 90 (noventa) dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos; e
- (2) perda incorrida é um componente da perda esperada.

Carteiras de ativos financeiros: a provisão para perdas esperadas deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 - conforme as características da operação de crédito e garantias prestadas.

Apropriação de receitas e encargos: é vedado o reconhecimento, no resultado do período, receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (*stop accrual*). O *stop accrual* de ativos financeiros se inicia quando um ativo é considerado com problemas de recuperação de crédito (ativo problemático) ou, de forma irrelutável, quando em atraso acima de 90 dias.

a) Baixa para prejuízo (*write-off*)

O ativo financeiro no qual não seja provável a recuperação do seu valor é baixada em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme o art. 49 da Resolução CMN 4.966.

Os ativos financeiros baixados a prejuízo são os considerados incorríveis. Essa classificação não significa que o ativo financeiro não tenha absolutamente nenhum valor de recuperação, mas sim que não é prático ou desejável adiar a baixa desse ativo a prejuízo. A baixa de um ativo financeiro é realizada através de avaliações individuais para estabelecer se determinado ativo deve ou não ser baixado a prejuízo.

f) Dedução das perdas incorridas

A Lei nº 14.467 incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei nº 9.430 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuaram a ter efeitos na Demonstração Financeira.

As alterações entre a Lei nº 14.467 e a Lei nº 9.430 visam alinhav as normas tributárias e contábeis, a fim de reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

a) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será acima de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

b) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito. **Recuperação de créditos:** Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (incluindo cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possam diretor ou membro de conselho de administração, em comum, adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto aos créditos que se encontraram inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não foram deduzidos até aquela data e que não tenham sido recuperados somente poderão ser excluídos do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, na proporção de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Os créditos deduzidos que eventualmente venham a ser recuperados serão computados na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

g) Rendas a receber

O Grupo Citi é um Conglomerado global com plataformas de negócios presentes em diversos países. Esta abrangência tem por objetivo atender às necessidades dos clientes em diferentes localidades.

As diversas entidades legais do Grupo Citi realizam acordos de prestação de serviços intragrupos de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos intragrupos são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência.

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

h) Permanente

i. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

De acordo com a Resolução CMN nº 4.535/16, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que ele é localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

A Resolução CMN nº 4.975/21, vigente desde 01 de janeiro de 2025, adotou o CPC 06 (R2) e determina que os bens arrendados pelo Banco, no papel de arrendatário, serão reconhecidos como passivo de arrendamento e como ativos de direito de uso, quando a entidade identificar que controla esse ativo no curso de suas atividades. A entidade controla o ativo se o arrendamento transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Identificado o arrendamento, o arrendatário registra um ativo de direito de uso pelo valor do passivo de arrendamento ao valor presente líquido dos fluxos de caixa que serão desembolsados ao longo da vida do contrato.

O Banco optou pela aplicação da Resolução CMN nº 4.975/21 apenas aos contratos firmados a partir da data de entrada em vigor da Resolução nos quais a instituição figure na condição de arrendatária.

ii. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual se espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizados.

ii) Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) de ativos não financeiros

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 24 de junho de 2021 a Resolução nº 4.924, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2022, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis; que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e/ou segundo critérios da Administração que podem levar em consideração natureza, complexidade ou histórico das ações.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois o Banco espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido.

As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 800 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações civis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja elevado. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre mania acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, a depender da avaliação dos consultores legais e/ou da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações civis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil “Provisões”.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de março de 2020, de acordo com o artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019, a instituição financeira passou a calcular a CSL à alíquota de 20%. Posteriormente, por meio da promulgação da Lei nº 14.446/2022, a alíquota da CSLL foi majorada para 21% para bancos comerciais e de qualquer espécie e permaneceu em vigor de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para alíquota anterior em janeiro de 2023.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 8.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve efetuar o registro contábil de ativos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, quando atender cumulativamente às seguintes condições:

i. Expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuras para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e

ii. Apresente histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

l) Plano de incentivos com base em ações

O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

• **CAP (Capital Accumulation Program)**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

m) Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de

responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

n) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

o) Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

p) Investimentos em controladas

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no patrimônio líquido das sociedades investidas. A partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.817/20 as participações em entidades que não se qualificam como coligada, controlada ou controladas em conjunto devem ser registradas a valor justo.

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. Não foram identificados resultados não recorrentes no período deste relatório. 27.d.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Disponibilidades em moeda nacional	829
Disponibilidades em moedas estrangeiras	3.103.382
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	8.667.481
Aplicações voluntárias no Banco Central	36.409.055
Total	48.180.747

5 Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	2025 Valor contábil
Aplicações interfinanceiras de liquidez			
Posição bancada	14.842.687	426.777	15.269.464
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.777.890	–	11.777.890
Letras do Tesouro Nacional - LTN	385.110	426.777	811.887
Notas do Tesouro Nacional -NTN	2.679.687	–	2.679.687
Posição financiada	4.473.929	–	4.473.929
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.473.929	–	4.473.929
Total	19.316.616	426.777	19.743.393

5.2. Títulos e valores mobiliários

	2025		
	Custo	Ajuste ao valor	
	Atualizado	justo no resultado	Valor contábil
Carteira própria	19.027.457	(136.838)	18.890.619
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.506.663	1.043	1.507.706
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.320.291	257	1.320.548
Notas do Tesouro Nacional - NTN	194.976	(252)	194.724
Ações de companhias abertas	1.262.584	(68.801)	1.193.783
Títulos soberanos no exterior	7.107.310	(69.085)	7.038.225
Cotas de fundos de investimentos (1)	7.254.970	–	7.254.970
Ativos financeiros emprestados	380.663	–	380.663
Vinculados a Operações Compromissadas	2.263.230	116	2.263.346
Letras do Tesouro Nacional - LTN	966.912	(153)	966.759
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.296.318	269	1.296.587
Vinculado à prestação de garantias	1.832.279	(102.980)	1.729.299
Ações de companhias abertas	1.832.279	(102.980)	1.729.299
Total	23.122.966	(239.702)	22.883.264



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	2025		
	Exposição no balanço patrimonial		
	Valor referencial dos contratos	Ativo Valor de mercado	Passivo Valor de mercado
Derivativos de commodities	41.203.472	2.450.223	(2.390.997)
Contratos futuros	1.382.841	32.882	(84)
Opções	9.855.722	1.566.282	(1.566.282)
Contratos de swap	11.464.112	103.788	(77.360)
Contratos de NDF	18.500.797	747.271	(747.271)
Total	610.847.308	12.391.019	(11.836.265)

Os contratos de derivativos são registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

b) Valor da exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos classificados de acordo com o prazo de vencimento:

	2025				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Derivativos cambiais	(424.683)	(127.710)	(447.602)	(238.203)	(1.238.198)
Contratos futuros	(399.557)	(46.818)	(129.120)	(142.481)	(877.976)
Opções	286	3.175	(74.323)	19.833	(51.029)
Contratos de swap	(14.201)	23.742	32.717	(91.954)	(49.696)
Contratos a termo	270	(95.036)	53	—	(94.713)
Contratos de NDF	(11.481)	(12.773)	(116.929)	(23.601)	(164.784)
Derivativos de taxa de juros	552.450	344.107	(113.340)	1.035.068	1.818.305
Contratos futuros	(4)	(639)	2.862	5.058	7.277
Opções	20	765	—	—	785
Contratos de swap	551.765	241.907	(146.235)	1.030.030	1.677.467
Contratos a termo	(57)	—	—	—	(57)
Contratos de NDF	726	102.074	30.033	—	(3.732)

Derivativos de ação e índices de ações	67.806	(98.281)	(53.602)	(502)	(84.579)
Contratos futuros	—	—	(101)	(502)	(603)
Opções	67.806	(98.281)	(53.501)	—	(83.976)
Derivativos de commodities	58.693	492	41	—	59.226
Contratos futuros	32.798	—	—	—	32.798
Contratos de swap	25.895	492	41	—	26.428
Contratos de NDF	—	—	—	—	—
Total	254.266	118.808	(614.503)	796.383	554.754

c) Valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos:

	2025				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Derivativos cambiais	156.165.310	51.742.798	49.892.902	48.850.969	306.651.979
Contratos futuros	10.781.556	—	—	—	10.781.556
Opções	1.854.610	3.975.851	1.349.349	724.413	7.904.223
Contratos de swap	98.697.296	34.605.582	40.386.425	47.577.057	221.266.360
Contratos a termo	17.489.173	4.031.921	1.105.393	—	22.626.487
Contratos de NDF	27.342.675	9.129.444	7.051.735	549.499	44.073.353
Derivativos de taxa de juros	109.640.349	52.630.781	55.235.220	38.661.341	256.167.691
Contratos futuros	27.814.225	25.280.887	34.733.334	14.312.682	102.141.128
Opções	63.402	2.680.809	992.671	—	3.736.882
Contratos de swap	81.505.847	23.676.712	19.182.232	24.348.659	148.713.450
Contratos a termo	42.516	—	—	—	42.516
Contratos de NDF	214.359	992.373	326.983	—	1.533.715

Derivativos de ação e índices de ações	4.020.316	1.797.485	647.705	358.660	6.824.166
Contratos futuros	276.222	—	—	—	276.222
Opções	3.701.636	405.515	62.055	—	4.169.206
Contratos de swap	42.458	1.391.970	585.650	358.660	2.378.738
Derivativos de commodities	18.352.712	17.211.092	5.639.668	—	41.203.472
Contratos Futuros	1.382.841	—	—	—	1.382.841
Opções	2.965.278	3.422.533	3.467.911	—	9.855.722
Contratos de swap	5.927.795	5.383.667	152.650	—	11.464.112
Contratos de NDF	8.076.798	8.404.892	2.019.107	—	18.500.797
Total	288.178.687	123.382.156	111.415.495	87.870.970	610.847.308

d) Valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte:

	2025		
	Exposição no balanço patrimonial		
	Valor referencial dos contratos	Ativo Valor de mercado	Passivo Valor de mercado
Contratos futuros	114.581.747	263.315	(1.101.818)
Pessoas jurídicas	114.581.747	263.315	(1.101.818)
Opções	25.666.033	1.920.706	(2.054.925)
Instituições financeiras - ligadas	4.927.861	91.271	(1.594.149)
Pessoas jurídicas	20.738.172	1.829.435	(460.776)
Contratos de swap	383.822.660	8.506.984	(6.852.786)
Instituições financeiras - ligadas	85.572.520	670.250	(216.813)
Instituições financeiras - não ligadas	6.314.598	288.160	(110.285)
Instituições financeiras - oficiais	3.480.276	16.682	(202.689)
Pessoas jurídicas	288.455.266	7.531.892	(6.322.999)
Contratos a termo	22.669.002	176.327	(271.096)
Instituições financeiras - ligadas	12.614.062	106.263	(214.150)
Instituições financeiras - não ligadas	3.552.343	11.811	(6.781)
Instituições financeiras - oficiais	627.100	30.763	(30.820)
Pessoas jurídicas	6.502.597	27.470	(19.345)
Contratos de NDF	64.107.866	1.523.687	(1.555.640)
Instituições financeiras - ligadas	9.250.398	495.584	(310.190)
Instituições financeiras - não ligadas	734.166	102.724	—
Pessoas jurídicas	54.123.302	925.379	(1.245.505)
Total	610.847.308	12.391.019	(11.836.265)

e) Valor justo do risco de crédito próprio dos derivativos passivos (DVA):

	2025		
	Valor da exposição	DVA	Valor contábil
Swap	6.898.447	(45.661)	6.852.786
Futuro	1.109.161	(7.342)	1.101.819
Opções	2.068.617	(13.692)	2.054.925
Termo	272.900	(1.806)	271.094
NDF	1.566.007	(10.366)	1.555.641
Total	11.915.132	(78.867)	11.836.265

f) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:

	2025	
	Títulos públicos	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	13.406.154
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	13.403.176
Total	—	26.809.330

Os instrumentos financeiros foram entregues como margem junto à B3 S.A..

g) Valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado:

	2025	
	2º semestre	Exercício
Swap	2.040.195	10.116.904
Futuro	(2.379.677)	(11.744.550)
Opções	231.124	(75.655)
Termo	255.046	935.629
NDF	101.153	(640.187)
Total	247.841	(1.407.859)

6 Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	2025		
	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo em outros resultados abrangentes	Valor contábil
Carteira própria	8.397.376	201.771	8.599.147
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.020.875	2.323	4.023.198
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	678.726	(17)	678.709
Debêntures	2.870.675	18.926	3.051.601
Notas comerciais	827.100	18.539	845.639
Vinculados a operações compromissadas	6.939.210	98.826	7.038.036
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.258.084	(18.900)	2.239.184
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	674.691	(38)	674.653
Debêntures	4.006.435	117.764	4.124.199
Vinculado à prestação de garantias	13.472.389	(66.235)	13.406.154
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.469.414	(66.238)	13.403.176
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.975	3	2.978
Total	28.808.975	234.362	29.043.337

	2025				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor Contábil
Carteira própria	3.639.627	862.135	1.550.894	2.546.491	8.599.147
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.048.311	327.647	371.170	276.070	4.023.198
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	591.316	—	72.324	15.069	678.709
Debêntures	—	—	1.055.016	1.996.585	3.051.601
Notas comerciais	—	534.488	52.384	258.767	845.639
Vinculados a Operações Compromissadas	674.653	1.576.219	1.221.580	3.565.584	7.038.036
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	1.576.219	516.479	146.486	2.239.184
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	674.653	—	—	—	674.653
Debêntures	—	—	705.101	3.419.098	4.124.199
Vinculado à prestação de garantias	13.472.389	8.886.354	2.254.703	13.406.154	29.043.337
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.469.414	8.866.354	2.251.725	13.403.176	29.043.337
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.975	—	—	—	2.978
Total	4.314.280	4.703.051	11.658.828	8.266.778	29.043.337

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, referente aos ganhos/(perdas) não realizados no período, deduzidos dos efeitos fiscais, foi de R\$ 628.682.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Já os títulos privados são custodiados junto à B3 S.A..

7 Ativos financeiros ao custo amortizado

7.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2025		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.229	—	17.229
Posição bancada	17.229	—	17.229
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	—	—
Posição financiada	5.960.564	—	5.960.564
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.960.564	—	5.960.564
Aplicações em depósitos interfinanceiros	59.887	2.875.147	2.935.034
Certificados de depósitos interfinanceiros	59.887	2.875.147	2.935.034
Total	6.037.680	2.875.147	8.912.827

7.2. Operações com Características de Concessão de Crédito

	2025	
	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Valor Contábil
Operações de crédito	17.335.215	1.338.852
Empréstimos e títulos descontados	—	1.338.852
Financiamentos	—	15.649.061
Financiamentos rurais e agroindustriais	—	347.302
Outras operações com característica de concessão de crédito	17.267.446	—

Adiantamentos sobre contratos de câmbio
Créditos por avais e fianças honradas
Outros (1)
Total

(1) Tratam-se, basicamente, de operações de risco sacado.

b. Composição por tipo do ativo, segregação em carteiras e prazos de vencimento:

	2025				
	C2	C3	C4	C5	Valor
Ativos não problemáticos	134.409	12.486.711	20.525.616	566.168	33.712.904
De 0 a 14 dias de atraso	134.409	12.486.711	20.520.375	560.927	33.702.422
De 15 a 30 dias de atraso	—	—	—	4.397	—
De 31 a 60 dias de atraso	—	—	5.241	744	5.985
De 61 a 90 dias de atraso	—	—	—	100	—
Ativos problemáticos	4.324	—	460.506	10.781	475.611
adimplidos	4.324	—	460.506	10.781	475.611
De 0 a 90 dias de atraso	4.324	—	460.506	10.781	475.611
Ativos problemáticos inadimplidos	—	—	414.146	414.146	1.2%
Período menor que um mês	—	—	50.869	50.869	0,1 %
Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	—	—	87.909	87.909	0,3 %
Período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	—	—	33.806	33.806	0,1 %
Período maior que 6 meses	—	—	241.562	241.562	0,7 %
Total	138.733	12.486.711	20.986.122	991.095	34.602.661

c. Composição da carteira por contraparte:

||
||
||



www.citi.com.br

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

10 Investimentos em controladas

Representa investimento do Banco na controlada Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora).

	2025	Distribuidora
Posição da controlada	81.641	
Capital social	95.593	
Patrimônio líquido	46.955	
Resultado no período	110.700	
Dividendos pagos ao controlador		
Posição do investimento		
Quantidade de ações (milhões)	4.023	
Participação no capital	100%	
Valor patrimonial do investimento	95.583	
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	46.955	

11 Imobilizado de uso

	2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	245.435	(174.389)	71.046
Imobilizações em curso	9.882	—	9.882
Veículos	1.397	(843)	554
Imóveis de uso	27.131	(5.489)	21.642
Instalações	242.344	(97.828)	144.516
Direito de uso	9.790	(3.187)	6.623
Total	535.979	(281.716)	254.263

12 Intangível

	2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Sistemas de processamentos de dados	589.604	(325.458)	264.146
Total	589.604	(325.458)	264.146

13 Passivos financeiros ao custo amortizado

13.1. Depósitos

	2025				
	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Total	8.019.591	—	—	—	8.019.591
Depósitos à vista	8.019.591	—	—	—	—
Depósitos					
Interfinanceiros	—	14.557.154	52.211	292.860	90.598
Depósitos a prazo	—	15.270.169	53.309.780	8.873.656	409.441
Outros depósitos	263.169	—	—	—	—
Total	8.282.760	29.827.323	53.361.991	9.166.516	500.039

13.2. Captações no mercado aberto

	2025				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	9.883.934	3.256.543	13.140.477		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.193.665	—	3.193.665	—	6.387.330
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.971.006	—	1.971.006	—	3.942.012
Debêntures(1)	4.719.263	3.256.543	7.975.806	—	15.951.612
Carteira de terceiros	10.434.353	—	10.434.353		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.434.353	—	10.434.353	—	20.868.706
Total	20.318.287	3.256.543	23.574.830		

(1) Refere-se principalmente a compra com compromisso de venda

13.3. Os valores líquidos dos ganhos e perdas com captações no mercado aberto registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir

	2025				
	2º semestre	Exercício			
Depósitos a prazo	(4.904.875)	(8.796.664)			
Depósitos interfinanceiros	(1.081.219)	(1.981.674)			
Captações no mercado aberto	(1.065.432)	(2.047.857)			
Letras financeiras	(467.378)	(842.084)			
Outros	(64.766)	(124.886)			
Varição cambial	(42.509)	(26.234)			
Total	(7.626.179)	(13.619.399)			

13.4. Obrigações por empréstimos e repasses
As obrigações por captações e repasses referem-se a recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial, quando aplicável, e à taxa de juros que variam de 3,88% a 8,57% ao ano.

a. Obrigações por empréstimos e repasses

	2025				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Empréstimos	—	—	—	139.586	139.586
No país	—	—	—	139.586	139.586
No exterior	7.862.368	3.919.178	468.408	—	12.249.954
Total	7.862.368	3.919.178	468.408	139.586	12.389.540
Repasses	—	—	—	—	—
No exterior	1.038.574	2.945.001	9.210.075	2.256.845	15.450.495
Total	1.038.574	2.945.001	9.210.075	2.256.845	15.450.495
Total empréstimos e repasses	8.900.942	6.864.179	9.678.483	2.396.431	27.840.035

b. Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir

	2025				
	2º semestre	Exercício			
Empréstimo no exterior	(276.374)	(687.250)			
Repasses no país	(1.067)	(295.866)			
Repasses no exterior	(472.460)	(950.260)			
Varição cambial	(307.825)	(3.108.813)			
Total	(1.057.726)	1.175.437			

14 Outros passivos

	2025				
	Circulante	Não circulante			
Relações interfinanceiras	2.416.950	—			
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	234	—			
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	354.203	—			
Pagamentos a efetuar (1)	3.275.648	194.159			
Impostos a recolher	997.646	96			
Operações de Arrendamento - Arrendatário (a)	6.508	—			
Outros	27.808	—			
Total	7.078.997	194.255			

(1) Refere-se principalmente a posições de câmbio a serem efetivadas e ordens de pagamentos em moeda estrangeira a liquidar.

a. Operações de Arrendamento - Arrendatário

A política contábil sobre operações de arrendamento - arrendatário está apresentada na nota 3h. Durante o exercício findo em 31/12/2025, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 3.313. Para o exercício findo não há contratos de subarrendamento relevantes.

O total de passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, é apresentado abaixo:

	2025				
Até 3 meses	719				
Entre 3 meses a 1 ano	2.181				
Entre 1 a 5 anos	3.609				
Total	6.509				

Valores de arrendamento reconhecidos no resultado:

	2025				
Despesas de depreciação	(1.484)				
Despesas financeira	(102)				
Total	(1.586)				

14.1. Passivos fiscais

	2025				
	Circulante	Não circulante			
Passivos fiscais correntes	—	—			
Provisão para impostos e contribuições a recolher	215.304	275.125			
Total	215.304	275.125			
Passivos fiscais diferidos	—	—			
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	112.249	112.248			
Total	112.249	112.248			

(1) Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários enquadrados nas categorias de valor justo no resultado e valor justo em outros resultados abrangentes e dos instrumentos financeiros derivativos (incluindo o DVA). Os passivos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

i. Movimentação do Passivo Diferido de imposto de renda e contribuição social

	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldos em 31 de dezembro de 2025
Ajuste a valor de mercado	—	132.572	—	132.572
títulos e valores mobiliários - VJORA	—	—	—	—
Ajuste a valor de mercado	87.111	27.476.697	(27.507.373)	56.435
títulos a valores mobiliários	—	—	—	—
Ajuste a valor de mercado	—	35.490	—	35.490
títulos e valores mobiliários - DVA	—	—	—	—
Total	87.111	27.644.759	(27.507.373)	224.497

ii. Realização do Passivo diferido de imposto de renda e contribuição social

	2026	2027
Ajuste a valor de mercado títulos e valores mobiliários	172.398	52.099
Total	172.398	52.099

O valor presente do passivo diferido é de R\$ 191.674 descontado à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

14.2. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	2025				
	Circulante	Não circulante			
Provisão para contingências - Fiscais	101.732	161.666			
Provisão para contingências - Trabalhistas	54.333	335.884			
Provisão para contingências - Cíveis	58.412	51.579			
Outras provisões - reestruturações	11.163	—			
Total	225.640	549.129			

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, o Banco tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 101.731 discussão sobre a legalidade e inconstitucionalidade da alíquota adicional de 2,5% aplicada a instituições financeiras. Houve desistência do processo no âmbito do parcelamento previsto na Lei nº 11.341/2006, e o processo aguarda a conversão do depósito judicial em renda para seu encerramento.

Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho “SAT” - Adicional - R\$ 143.559: ação declaratória movida pela Febrahban, em nome de seus associados, questiona a legalidade e constitucionalidade da majoração de alíquota do SAT de 1% para 3%, promovidas pelo Decreto nº 6.042/2007. Foram apresentados recursos especial e extraordinário, atualmente aguardando julzo de admissibilidade pelo TRF.

Cível - Planos Econômicos - R\$ 29.109: trata-se de 3 ações de cobrança, em que os autores requerem expurgos inflacionários em razão do Plano Econômico Verão.

Cível - Ação da Cobrança - R\$ 58.011: trata-se de ação de cobrança cujo objeto é um contrato de compra e venda. O autor alega que houve violação do contrato pelo comprador. Como o Crefisul (Citi) era garantidor do contrato, o autor requer o pagamento do valor inadimplido. O Recurso Especial de um dos corréus foi provido, anulou o julgamento dos embargos de declaração e julgou prejudicados os outros RESPs. O Agravo de Instrumento interposto por um dos corréus foi negado e aguarda-se julgamento do ED oposto contra o acórdão.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos

patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 1.838.729, os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 82 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 34.613.673, dos quais 78 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 32 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 131.591: processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Pendente julgamento de segunda instância.

Fiscal - Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros, Terço Constitucional de Férias e IRPJ sobre pagamentos a diretores estatutários - R\$ 1.072.843: autuações com exigências de contribuições previdenciárias sobre verbas pagas a título de participação nos lucros, outras verbas sem natureza remuneratória, como vale-alimentação e vale-transporte, e terço constitucional de férias. Também discute-se a dedutibilidade de valores pagos a diretores estatutários. Processos em diversos estágios de discussão nas esferas administrativa e judicial.

Fiscal - Dedução Juros sobre capital próprio - R\$ 400.240: Contingência de IRPJ e CSLL sobre a dedução retroativa de juros sobre o capital próprio. Processos em diversos estágios de discussão nas esferas administrativa e judicial.

Ação Civil Pública (SP) - R\$ 34.593.373: trata-se de ação coletiva por meio da qual a requerente alega a ocorrência de supostos atos de manipulação por diversas instituições bancárias no mercado de câmbio, o que teria causado prejuízos aos seus associados, requerendo, assim, indenização monetária solidária perante diversas casas bancárias - R\$ 3.300.000 em relação ao Citibank S.A. Sentença de improcedência total dos pedidos. Aguarda-se julgamento de recurso. Autos suspensos para viabilizar a intimação de todos os apelados para contrarrazões e a citação dos demais.

b) Movimentação das contingências

	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Fiscais	698.438	1.557	(47.554)	(405.308)	16.265	263.398
Trabalhistas	396.106	30.033	(22.432)	(44.537)	31.047	390.217
Cíveis	110.697	2.513	(8.501)	(417)	5.699	109.991
Total	1.205.241	34.103	(78.487)	(450.262)	53.011	763.606

Para as contingências fiscais, a utilização mais relevante foi devido ao auto de infração lavrado contra o Banco Citibank S.A. para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF liquidado em julho de 2025.

15 Hierarquia e movimentação dos ativos e passivos financeiros por nível

	2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros					
Ativo justo no resultado	13.503.420	41.137.507	376.749	55.017.676	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	19.743.393	—	19.743.393	
Títulos e valores mobiliários	13.240.355	9.563.306	79.603	22.883.264	
Instrumentos financeiros derivativos	263.065	11.830.808	297.146	12.391.019	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	21.021.898	6.534.556	1.486.883	29.043.337	
Títulos e valores mobiliários	21.021.898	6.534.556	1.486.883	29.043.337	
Total Ativos financeiros	34.525.318	47.672.063	1.863.632	84.061.013	

Passivos financeiros

	2025				
	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.721.886	10.460.189	274.463	13.456.538	
Instrumentos financeiros derivativos	1.101.613	10.460.189	274.463	11.836.265	
Créditos por empréstimos de ações	1.620.273	—	—	1.620.273	
Total dos Passivos Financeiros	2.721.886	10.460.189	274.463	13.456.538	

16 Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	2025				
	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil	
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.912.827	—	8.912.827	8.912.827	
Operações de crédito	—	17.335.215	17.335.215	17.335.215	
Outros créditos com características de crédito	—	17.267.446	17.267.446	17.267.446	
Outros ativos financeiros	—	55.339.735	55.339.735	55.339.735	
Total	8.912.827	89.942.396	98.855.223	98.855.223	



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

→★ continuação

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 em atendimento a Resolução nº 3.198/04, que foi revogada pela Resolução nº 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros, 1 da atual Diretoria do Banco e 2 externos.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- i. avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- ii. avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- iii. avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 15 vezes no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de

dezembro de 2025, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- a. Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos concluídos.
- c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Controles Internos (IBRC), em conformidade com a Resolução nº 2.554 relativo ao ano e os trabalhos gerenciados pelo CRO do Citi Brasil para garantir o cumprimento da Resolução CMN nº 4.557/17 com o objetivo de avaliar e garantir o gerenciamento integrado de riscos.
- d. Em atendimento a Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê

de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria. Em sessão realizada em 26 de março de 2026, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, (ii) dos assuntos de destaque do semestre e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa. Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de março de 2026

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do Banco Citibank S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 as demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3d e 8 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) e baseia-se nesses ratings, combinados com projeções de perda derivadas das migrações de ratings, probabilidade de inadimplência e outras premissas utilizadas nos modelos de perdas para mensurar a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A determinação do risco de crédito de uma operação é utilizada para a sua classificação em um dos estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, a perda esperada é determinada para cada estágio (perdas esperadas para doze meses ou para a vida da operação). A provisão para perdas no valor recuperável é determinada com base em uma variedade de fatores: os valores em exposição, a qualidade de crédito do devedor, o nível de subordinação de suas obrigações e garantias, o ambiente econômico e a correlação entre devedores, sendo definida em termos de conceitos como probabilidade de inadimplência (PD), perda dada a inadimplência (LGD) e exposição na data da inadimplência (EAD).

Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à mensuração da provisão, em função da complexidade do modelo e das premissas utilizadas, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação das políticas e modelos de risco, aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") , das variáveis econômicas utilizadas, dos controles sobre integridade dos dados e da metodologia utilizada para estimar as perdas de crédito esperadas e os parâmetros (PD, LGD e EAD) das operações de empréstimos e adiantamentos a clientes, compromissos e garantias.

Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Banco, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com o suporte técnico de nossos especialistas, levando em consideração a avaliação qualitativa sobre as metodologias e parâmetros aplicados às provisões para perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos e adiantamentos a clientes, instrumentos financeiros, compromissos e garantias, elaborada com base nos modelos aplicados pelo Banco e avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pelas normas aplicáveis.

Validamos, por amostragem, a classificação e registro por estágio das operações de empréstimos e adiantamentos a clientes, instrumentos financeiros, compromissos de crédito e garantias

prestadas, com base na metodologia do Banco.

Availamos ainda se as divulgações às demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3d, 3e e 8, consideram as informações requeridas nas normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros

Ver notas explicativas 3c, 5.2, 5.3 e 6.1 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3c, 5.2, 5.3 e 6.1, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e que não possuem cotação de mercado disponível, a mensuração do valor justo está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração e definição dos seus modelos internos e premissas utilizadas para estimar esses valores.

Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvidos, consideramos a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Availamos, por amostragem, e com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e recalculamos o correspondente valor justo dessas operações.

Availamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3c, 5.2, 5.3 e 6.1 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Provisões para contingências e passivos contingentes

Ver notas explicativas 3j e 14.2 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3j e 14.2, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Availamos a probabilidade de perda atribuída às contingências trabalhistas significantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, os critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda o recálculo da provisão para contingências trabalhistas significantes considerando o comportamento histórico.

Availamos a probabilidade de perda atribuída às contingências cíveis relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Availamos a probabilidade de perda atribuída às contingências fiscais, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e avaliamos a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco na mensuração da provisão relacionada aos principais assuntos fiscais envolvendo o Banco, e recalculamos a atualização monetária dos valores provisionados.

Availamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3j e 14.2 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável as provisões para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscal do Banco e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luciana Liberal Samia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

